



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AJ', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova de Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 7.

1 *Ópera é um tipo de teatro no qual a maioria ou todos os personagens cantam durante a maior parte do tempo ou o tempo todo. Nesse sentido, é muito óbvio que ela não seja realística, e com frequência, no decorrer de seus mais de quatrocentos anos de história, tem sido considerada exótica e estranha. Além disso, é quase sempre bastante cara de se encenar e de se assistir. Em nenhum momento da história a sociedade, como um todo, conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera. Por que, então, tanta gente gosta dela de maneira tão profunda? Por que dedicam suas vidas a apresentá-la, escrever sobre ela, assistir a ela? Por que alguns fãs de ópera atravessam o mundo para ver uma nova produção ou ouvir um cantor favorito, pagando imensas quantias por esse fugaz privilégio? E por que a ópera é a única forma de música erudita que ainda desenvolve de modo significativo novas audiências, apesar de que, no último século ou por volta disso, o fluxo de novas obras, que uma vez foi seu sangue vital, secou até se reduzir a um débil gotejar?*

5 *Essas perguntas são mais sobre a ópera tal como ela é hoje em dia: sobre aquilo em que a ópera se tornou no início do século XXI. No que se segue teremos muito a dizer sobre a história de nosso tema, sobre as maneiras em que a ópera se desenvolveu durante sua jornada de quatrocentos anos até nós; mas nossa ênfase será sempre no presente, no efeito que a ópera continua a ter sobre as audiências no mundo inteiro. Nosso objetivo é lidar com uma forma de arte cujas obras mais populares e duradouras foram quase sempre escritas num distante passado europeu, [...] mas cuja influência em muitos de nós – e cuja significância em nossa vida hoje em dia – é ainda palpável. A ópera pode nos transformar: física, emocional e intelectualmente. Queremos investigar por quê.*

(Carolyn Abbate e Roger Parker. **Uma história da ópera**: os últimos quatrocentos anos. Trad. Paulo Geiger. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 21-22)

1. Os autores do texto

- (A) apontam que a ópera é sempre bastante dispendiosa porque esse tipo de teatro renuncia a personagens que não se fazem presentes em cena por meio do canto.
- (B) acusam a incongruência que existe entre a sociedade sustentar produções caríssimas e as pessoas, diferentemente deles mesmos, não investigarem o que justificaria manter esses projetos.
- (C) indicam como usual que se tome a ópera como um gênero dramático excêntrico, pelo fato de representar situações estranhas ao que se considera "vida real".
- (D) expressam as intenções que têm ao escrever a história da ópera, demonstrando acreditar que a melhor maneira de fazê-lo é fixar-se na atualidade, auge dessa manifestação erudita.
- (E) anunciam que têm muito a dizer e deixam entrever que suas reflexões desnudarão alguns mitos sobre a ópera, como a visão idealizada de que a profusão de obras já constituiu o sangue vital desse tipo de teatro.

2. Tem sustentação no texto a ideia de que

- (A) a efemeridade é um traço característico de todo objeto, fato, ou acontecimento cultural, que merece reprovação.
- (B) obras eruditas têm, como sempre tiveram, público cativo, mas, em vista das atuais tendências musicais, ele está prestes a se esgotar.
- (C) as formas de arte que mais se eternizam são as que têm raízes na tradição popular, sustentáculo das legítimas expressões culturais.
- (D) obras de arte concebidas em certa cultura podem ter seu valor depreciado quando o eventual fruidor fizer parte de outro contexto cultural.
- (E) as questões fundamentais sobre a ópera são passíveis de ser postas e respondidas somente no contexto do século XXI, depois de uma jornada de quatrocentos anos até a contemporaneidade.

3. A frase em que o segmento destacado expressa uma circunstância restritiva é:

- (A) (linha 2) *Nesse sentido, é muito óbvio que ela não seja realística.* [...]
- (B) (linha 3) *Além disso, é quase sempre bastante cara de se encenar e de se assistir.*
- (C) (linha 4) *Em nenhum momento da história a sociedade, como um todo, conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera.*
- (D) (linha 10) *Essas perguntas são mais sobre a ópera tal como ela é hoje em dia* [...]
- (E) (linha 13) *Nosso objetivo é lidar com uma forma de arte cujas obras mais populares e duradouras foram quase sempre escritas num distante passado europeu.*



4. *Queremos investigar por quê.* (final do texto)
- Ficarão preservadas a correção e a clareza da frase acima, sem prejuízo do sentido original, com a substituição do segmento destacado por
- (A) suas razões.
(B) o seu porquê.
(C) por que motivos.
(D) porque ela nos transforma.
(E) seja qual for as motivações disso.
-
5. Segmentos do texto estão, abaixo, associados a outras formulações. A que NÃO prejudica o sentido e a correção originais é:
- (A) (linha 1) *no qual a maioria ou todos os personagens cantam* / cujos personagens, a maioria ou todos, cantam.
(B) (linhas 4 e 5) *conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera* / obteve facilmente recursos para custear os gastos excessivos da ópera.
(C) (linhas 5 e 6) *Por que dedicam suas vidas a apresentá-la, escrever sobre ela, assistir a ela?* / Qual a causa de dedicarem suas vidas a apresentar, escrever e assistir a ela.
(D) (linha 7) *pagando imensas quantias por esse fugaz privilégio* / se forem pagar imensas quantias por esse privilégio instantâneo.
(E) (linha 8) *que ainda desenvolve de modo significativo novas audiências* / que desenvolve, ainda que de maneira significativa, novas audiências.
-
6. Considere a frase abaixo e as assertivas I, II e III.
- E por que a ópera é a única forma de música erudita que ainda desenvolve de modo significativo novas audiências, apesar de que, no último século ou por volta disso, o fluxo de novas obras, que uma vez foi seu sangue vital, secou até se reduzir a um débil gotejar?*
- I. O segmento apesar de que introduz ideia naturalmente compatível com a expressa na primeira parte do enunciado, de modo que a expectativa criada na porção inicial se harmoniza com o que vem a seguir na frase.
- II. A palavra até, que usualmente sinaliza o ápice de uma ação, tem esse sentido prejudicado em virtude de vir associada à ideia expressa por débil.
- III. Se uma vírgula fosse introduzida antes da palavra ou, não haveria prejuízo para a correção original.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) II.
(E) III.
-
7. *Em nenhum momento da história a sociedade, como um todo, conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera.*
- Na frase acima, a locução verbal está empregada com regência idêntica à presente em:
- (A) O crítico elegeu o jovem cantor o maior artista da temporada.
(B) Apresentou-nos currículo repleto de menções honrosas.
(C) Sem falsa modéstia, recebeu a ovação com elegância e alegria.
(D) Tentou cantar de modo condizente com as recomendações do maestro.
(E) Jamais se afastou daquele velho conselho do pai.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 8 a 12.

1 O conceito de vergonha recobre um campo de significados bastante amplo e rico. Para o Dicionário Aurélio, por exemplo, vergonha significa: a) desonra humilhante; opróbrio, ignomínia; b) sentimento penoso de desonra, humilhação ou rebaixamento diante de outrem; c) sentimento de insegurança provocada pelo medo do ridículo, por escrúpulos etc.; timidez, acanhamento; d) sentimento da própria dignidade, brio, honra. O Dicionário Larousse traz aproximadamente as
5 mesmas definições, mas acrescenta novas associações como: medo da desonra e embaraço. O Dicionário Lexis apresenta ainda algumas definições com nuances diferentes: indignidade, sentimento penoso de baixaza, de confusão, sentimento de desconforto provocado pela modéstia, sentimento de remorso. O que chama a atenção nas definições de vergonha é não somente a diversidade dos significados atribuídos a este sentimento, mas também, e sobretudo, o fato de alguns destes significados serem opostos: desonra/honra, indignidade/dignidade, humilhação/brio. Tal oposição, observada por Harkot-de-
10 -La-Taille, faz esta autora perguntar-se que palavra é esta que recobre o não e o sim, a ausência e a presença, o temível e o desejável.

Uma forma comum de pensar este sentimento é afirmar que ele é simplesmente desencadeado pela opinião de outrem. É o que, por exemplo, sugere a definição de Spinoza segundo a qual a vergonha é a tristeza que acompanha a ideia de alguma ação que imaginamos censurada pelos outros. E é o que, explicitamente, a antropóloga Benedict afirma em
15 seu estudo sobre a sociedade japonesa. Para ela, as culturas da vergonha enfatizam as sanções externas, opondo-se às verdadeiras culturas da culpa, que interiorizam a convicção do pecado. Quanto ao sentimento de vergonha, escreve que alguém poderá envergonhar-se quando é ridicularizado abertamente, ou quando criar a fantasia para si mesmo de que o tenha sido. Todavia, não acreditamos que tudo esteja dito assim; a vergonha pressupõe um controle interno: quem sente vergonha julga a si próprio. Lembremos o fato notável de que a vergonha pode ser despertada pela simples exposição,
20 mesmo que não acompanhada de juízo negativo por parte dos observadores. Com efeito, certas pessoas sentem vergonha pelo simples fato de estarem sendo observadas. O rubor pode subir às faces de alguém que está sendo objeto da atenção de uma plateia, mesmo que esta atenção seja motivada pelo elogio, pelo recebimento de um prêmio, portanto acompanhada de um juízo positivo. Este tipo de vergonha não deixa de ser psicologicamente misterioso: por que será que as pessoas sentem desconforto ao serem "apenas" observadas, mesmo que esta observação não contenha
25 ameaças precisas, mesmo que ela seja lisonjeira?

(Adaptado de: LA TAILLE, Y. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia**: Reflexão e Crítica, São Paulo: Scielo, 2002, 15(1), p. 13-25)

8. O primeiro parágrafo do texto autoriza afirmar:

- (A) A diversidade de significados atribuídos à vergonha comprova o entendimento superficial do sentimento, descrito com ambiguidade e incoerência nos mais diversos dicionários.
- (B) O uso de *mas também* e *e sobretudo* (linha 8) em um mesmo período instaura falta de clareza na redação, já que não é possível compreender se o elemento agregado é de mesmo nível ou mais importante que o primeiro mencionado.
- (C) O autor recorre a dicionários de prestígio, tomando-os como repositórios inequívocos do conhecimento e da cultura ocidentais.
- (D) O autor parte de definições que, como espécies de comprovações prévias, conduzem à concordância com a reflexão de Harkot-de-La-Taille, reportada ao final.
- (E) A oposição comentada revela o quanto há de descuido e precipitação quando se trata de examinar conceitos relacionados à natureza da alma humana.

9. O segundo parágrafo valida o seguinte comentário:

- (A) O julgamento de outrem não tem relevância para o sentimento de vergonha, sendo atitude simplória imaginar que o envergonhado reaja a avaliações externas.
- (B) O autor não descarta as ideias de Benedict, mas manifesta a necessidade de relativizá-las, como o comprova o trecho *não acreditamos que tudo esteja dito assim* (linha 18).
- (C) As *culturas da culpa* revelam maior amadurecimento psicológico dos indivíduos do que as *culturas da vergonha*, uma vez que estas têm como única referência os valores sociais.
- (D) O autor prioriza o confronto de suas ideias com as de Spinoza e Benedict, dispensando-se de referir fatos ou situações objetivas em sua argumentação.
- (E) A pergunta ao final faz retroceder a reflexão desenvolvida pelo texto, na medida em que tal indagação reafirma a impossibilidade de se compreender a vergonha.



10. Consideradas definições da palavra *vergonha* retiradas do **Dicionário Aurélio**, a alternativa que contém exemplificação correta é:
- (A) *sentimento da própria dignidade, brio, honra* (linha 4): “Durante severa discussão, o mais sincero dos amigos indagou-lhe se não tinha ética e vergonha na cara.”
 - (B) *sentimento penoso de desonra, humilhação ou rebaixamento diante de outrem* (linhas 2 e 3): “Se tiverem vergonha, honrarão a confiança neles depositada e trabalharão com mais lisura.”
 - (C) *desonra humilhante; opróbrio, ignomínia* (linha 2): “Artista talentoso, o jovem pianista contornou a explícita vergonha apresentando vários números antes de dirigir a palavra à audiência”.
 - (D) *sentimento de insegurança provocada pelo medo do ridículo, por escrúpulos etc.; timidez, acanhamento* (linhas 3 e 4): “Todos ficaram constrangidos com o comportamento indecoroso do magistrado; foi de fato uma vergonha.”
 - (E) *desonra humilhante; opróbrio, ignomínia* (linha 2): “Um profundo sentimento de vergonha o impedia de aceitar elogios sem negar ou diminuir o que nele viam de bom.”

11. Afirma-se com correção:

- (A) (linhas 4 e 5) Convertida para a voz passiva, a frase O Dicionário Larousse *traz aproximadamente as mesmas definições* apresentará a forma “é trazida”.
- (B) (linha 21) Em *pelo simples fato de estarem sendo observadas*, ocorre o deslize gramatical denominado “gerundismo”, caracterizado como o emprego indevido de formas no gerúndio.
- (C) (linhas 17 e 18) Em *quando é ridicularizado abertamente, ou quando criar a fantasia para si mesmo de que o tenha sido*, os tempos das formas verbais destacadas obedecem à correlação privilegiada na norma-padrão.
- (D) (linha 23) A substituição do segmento *não deixa de ser* por “é” mantém plenamente o sentido original do período.
- (E) (linhas 22 e 23) O fragmento *portanto acompanhada de um juízo positivo* pressupõe a forma verbal “seja”, que está elíptica.

12. Considerados o contexto e a norma-padrão,

- (A) (linha 13) resulta em incorreção o acréscimo de vírgula entre *Spinoza* e *segundo*.
- (B) (linha 24) o emprego de aspas em “*apenas*” empresta ironia à palavra, tal como em: “Ele foi “apenas” assaltado, sem muita violência”.
- (C) (linha 21) em *O rubor pode subir às faces de alguém*, está correto o emprego do sinal de crase, assim como o está em “O sentimento de vergonha é comum à qualquer pessoa”.
- (D) (linha 2) as palavras *opróbrio* e *ignomínia* estão corretamente grafadas e acentuadas, assim como o estão as palavras desta frase: “A ausência de rúbrica nos documentos é mais um deslize para o qual ela tem o intuito de reivindicar tratamento de excessão.”
- (E) (linha 18) em *a vergonha pressupõe um controle interno: quem [...]*, os dois-pontos introduzem consequência.

Raciocínio Lógico-Matemático

13. A quantidade de cartuchos de impressora distribuídos mensalmente para os três escritórios (P, Q e R) de uma empresa é diretamente proporcional ao número de impressoras de cada escritório. Sabe-se que P possui três impressoras a mais do que o dobro das impressoras de Q; e que R possui o dobro das impressoras de P. Nessas condições, a quantidade total mensal de cartuchos distribuídos para os três escritórios juntos é um número que, na divisão por 7, deixa resto igual a
- (A) 4.
 - (B) 6.
 - (C) 5.
 - (D) 2.
 - (E) 3.



14. Em um município, a razão entre o número de homens e de mulheres é 91:92, e entre o número de mulheres e o de crianças é 23:5. Nesse município, a razão entre o número de crianças e o de homens é igual a
- (A) $\frac{83}{368}$.
- (B) $\frac{81}{362}$.
- (C) $\frac{60}{81}$.
- (D) $\frac{25}{81}$.
- (E) $\frac{20}{91}$.
-
15. Em um mesmo ano, no final de fevereiro foram retirados $\frac{2}{9}$ dos recursos de uma conta bancária. No final de março foram retirados $\frac{3}{7}$ do saldo remanescente (após a retirada de fevereiro). No final de abril, a conta recebeu depósito equivalente a $\frac{4}{5}$ do total das retiradas feitas em fevereiro e março. Considere que aumentos ou reduções no saldo da conta nesse período tenham ocorrido apenas em função das operações anteriormente descritas. Sendo assim, é correto afirmar que, na comparação do saldo da conta antes da retirada de fevereiro com o saldo após o depósito feito no fim de abril, houve um
- (A) decréscimo de $\frac{1}{9}$ do valor.
- (B) aumento de $\frac{1}{9}$ do valor.
- (C) decréscimo de $\frac{2}{7}$ do valor.
- (D) aumento de $\frac{2}{9}$ do valor.
- (E) decréscimo de $\frac{2}{9}$ do valor.
-
16. As peças de um jogo estão numeradas com a sequência ordenada dos primeiros números inteiros não negativos. Nesse jogo, sabe-se que:
- as dez primeiras peças ordenadas devem se submeter à regra A.
 - as cinco primeiras peças ordenadas de numeração par devem se submeter à regra B;
 - as cinco primeiras peças ordenadas de numeração ímpar devem se submeter à regra C;
 - as cinco primeiras peças ordenadas com numeração de número primo devem se submeter à regra D.
- De acordo com as regras, as peças do jogo submetidas à regra
- (A) A também estão submetidas à regra C.
- (B) A também estão submetidas à regra D.
- (C) A mas não submetidas à regra B são as mesmas que estão submetidas à regra C.
- (D) A e à regra B, simultaneamente, constituem um conjunto sem elementos.
- (E) B e à regra C, simultaneamente, constituem um conjunto de um único elemento.
-
17. Para produzir 900 catálogos, cada um de 240 páginas, uma gráfica consome 250 kg de papel. Se os catálogos produzidos tivessem 180 páginas cada um, o número de catálogos que poderiam ser produzidos com 780 kg de papel seria igual a
- (A) 2985.
- (B) 3280.
- (C) 3744.
- (D) 2864.
- (E) 3426.



18. Há sete participantes de um torneio de tiro ao alvo, cada um disparando um único tiro. Quatro deles (André, Francisco, Sérgio e José) são experientes, e três deles (Eduardo, Fernando e Gabriel) são novatos. Sabe-se que:
- para que um novato dispare seu tiro, ele deve ser antecedido e precedido por um atirador experiente;
 - Fernando é o segundo a disparar seu tiro, enquanto que Sérgio é o último atirador experiente a disparar um tiro;
 - Francisco dispara antes do que José dispara seu tiro, mas depois do que André dispara seu tiro.

Dentre as opções abaixo, NÃO é necessariamente correto que

- (A) Gabriel dispare seu tiro depois de Fernando.
 - (B) Sérgio dispare seu tiro depois de todos os atiradores novatos.
 - (C) Fernando é o primeiro novato a disparar um tiro.
 - (D) Eduardo dispare seu tiro antes do que José.
 - (E) José dispare seu tiro entre Eduardo e Gabriel.
-
19. Maria teve seu primeiro filho no dia em que completou 24 anos e, exatamente 4 anos depois, teve seu segundo filho. Em 2014, logo após o aniversário de Maria e seus dois filhos, as idades dos três somavam 53 anos. Sendo assim, o ano de nascimento de Maria é
- (A) 1974.
 - (B) 1978.
 - (C) 1976.
 - (D) 1979.
 - (E) 1980.
-
20. Em uma prova de múltipla escolha com 30 questões sobre Legislação de Trânsito, cada resposta correta vale 4 pontos, cada resposta incorreta vale -1 ponto, e cada resposta em branco vale 0 ponto. Priscila fez essa prova e obteve 82 pontos. Na prova de Priscila, para cada resposta em branco havia 3 respostas corretas. Sendo assim, a quantidade de questões que Priscila acertou em sua prova foi igual a
- (A) 23.
 - (B) 19.
 - (C) 20.
 - (D) 22.
 - (E) 21.

Legislação

21. Considere as seguintes situações:
- I. Servidor federal passou a ter exercício em nova sede, no interesse da Administração. Essa mudança foi em caráter permanente e ele foi obrigado a realizar despesas com sua instalação.
 - II. Servidor federal realizou viagem à Brasília, fora de sua sede, em caráter transitório, tendo realizado despesas com passagens aéreas e alimentação.
 - III. Servidor federal se deslocou a município localizado dentro da região metropolitana em que está localizada sua sede para realizar trabalho que é exigência permanente do cargo por ele ocupado.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, o servidor fará jus a diárias em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.



22. Considere as seguintes situações, relacionadas a licenças tiradas por servidor federal:

- I. Por motivo de doença do cônjuge, comprovada por perícia médica oficial e com a necessidade de sua assistência direta, por trinta dias não consecutivos.
- II. Para acompanhar cônjuge que foi deslocado para outro ponto do território nacional por tempo indeterminado.
- III. Para atividade política, no período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- IV. Para participar de curso de capacitação profissional por sessenta dias, no interesse da Administração, após ter completado um quinquênio de efetivo exercício.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, será mantida a remuneração do servidor APENAS em

- (A) IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.

23. Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, regulado pela Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que

- (A) órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (B) todos os atos administrativos devem sempre ser objeto de divulgação oficial.
- (C) o processo pode ser iniciado tanto de ofício como a pedido do interessado.
- (D) o requerimento inicial do interessado deve ser feito sempre na forma escrita.
- (E) a competência exercida pelos órgãos administrativos é irrenunciável, cabendo delegação no caso da edição de atos de caráter normativo.

24. Nos termos regulados pela Lei nº 8.429/92, a pena de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, pode ser aplicada quando caracterizado o ato de improbidade administrativa por

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (B) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (C) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (D) negar publicidade aos atos oficiais.
- (E) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

25. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 4ª Região, supervisionar os serviços da Assessoria de Juízes e decidir os conflitos de atribuições entre Juízes de primeiro grau é competência do

- (A) Tribunal Pleno.
- (B) Órgão Especial.
- (C) Presidente do Tribunal.
- (D) Vice-Presidente do Tribunal.
- (E) Corregedor Regional.



Noções de Informática

26. Um usuário do Windows 7 Professional em português clicou, a partir do Painel de Controle, nas seguintes opções:

- Rede e Internet;
- Exibir o status e as tarefas da rede;
- Conexão Local;
- Propriedades, na janela Status de Conexão Local, que se abriu;
- Protocolo TCP/IP versão 4 (TCP/IPv4);
- Propriedades;
- Obter um endereço IP automaticamente;
- Obter o endereço dos servidores DNS automaticamente;
- OK.

Como em uma rede de computadores TCP/IP versão 4, todo computador precisa possuir um endereço IP distinto, esses procedimentos habilitaram no computador da rede um protocolo capaz de sincronizar automaticamente as configurações de endereço IP nos computadores da rede por meio de um servidor central, evitando a atribuição do endereço manualmente. Trata-se do protocolo

- (A) TCP.
- (B) DHCP.
- (C) SNMP.
- (D) HTTP.
- (E) SMTP.

27. Um analista está digitando um texto no Microsoft Word 2013 em português e, após digitar uma palavra, verificou que ela já havia sido usada outras vezes no parágrafo. Para evitar a repetição, decidiu usar os recursos do Word para escolher uma palavra sinônima. Para isso, clicou

- (A) na guia Revisão, na opção Sinônimos do grupo Revisão de texto e, em seguida, clicou em um dos sinônimos disponíveis.
- (B) com o botão direito do *mouse* sobre a palavra, selecionou a opção Sinônimos e clicou em um dos sinônimos disponíveis.
- (C) na ferramenta Sinônimos do grupo Texto da guia Página Inicial e, em seguida, selecionou um dos sinônimos disponíveis.
- (D) na guia Revisão, na opção Sinônimos do grupo Ortografia e Gramática e, em seguida, selecionou um dos sinônimos disponíveis.
- (E) com o botão direito do *mouse* sobre a palavra e selecionou um dos sinônimos disponíveis.

28. Um analista selecionou um texto de uma página da Internet que possui um conjunto de formatações de fonte, porém, deseja colar este texto em um documento sem estas formatações. Para isso, pressionou a combinação de teclas **CTRL** e **C** no texto selecionado da página da Internet e, no documento do LibreOffice Writer versão 4.1.1.2,

- (A) pressionou a combinação de teclas **CTRL** e **V**.
- (B) clicou no menu Editar e na opção Colar texto simples.
- (C) pressionou a combinação de teclas **CTRL**, **ALT** e **V**, selecionou a opção Texto simples e clicou no botão OK.
- (D) clicou no menu Formatar, na opção Colar Especial..., na opção Texto simples e no botão OK.
- (E) clicou no menu Editar, na opção Colar Especial..., na opção Texto sem formatação e no botão OK.

29. Ferramentas *antimalware*, como os antivírus, procuram detectar, anular ou remover os códigos maliciosos de um computador. Para que estas ferramentas possam atuar preventivamente, diversos cuidados devem ser tomados, por exemplo:

- (A) utilizar sempre um *antimalware online*, que é mais atualizado e mais completo que os locais.
- (B) configurar o *antimalware* para verificar apenas arquivos que tenham a extensão .EXE.
- (C) não configurar o *antimalware* para verificar automaticamente os discos rígidos e as unidades removíveis (como *pen-drives* e discos externos), pois podem ser uma fonte de contaminação que o usuário não percebe.
- (D) atualizar o *antimalware* somente quando o sistema operacional for atualizado, para evitar que o *antimalware* entre em conflito com a versão atual do sistema instalado.
- (E) evitar executar simultaneamente diferentes programas *antimalware*, pois eles podem entrar em conflito, afetar o desempenho do computador e interferir na capacidade de detecção um do outro.

30. Considerando diferentes organizações e métodos de acesso, em um arquivo

- (A) Sequencial, as operações de modificações não são simples.
- (B) Direto, são necessárias áreas de extensão, que precisam ser reorganizadas.
- (C) Indexado, não ocorre atualização do índice quando da inserção de um registro.
- (D) Invertido, devem-se determinar funções que gerem maior número de colisões.
- (E) Direto, as listas invertidas valem apenas para aquela disposição física do arquivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Direito Constitucional**

31. Ex-empregado de empresa privada de vigilância propôs reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de saldo salarial, férias, décimo terceiro salário e horas extras, relativamente a período em que trabalhou para a empresa reclamada, em órgão da administração pública estadual. A reclamação também foi proposta contra o Estado que contratou os serviços da empresa de vigilância, na qualidade de responsável subsidiário pela dívida. Em contestação, o Estado alegou que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 71 da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), o não pagamento de encargos trabalhistas pela empresa prestadora de serviço “não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento”. A sentença foi julgada procedente, tendo condenado também o Estado no pagamento dos encargos trabalhistas. Em sede recursal, a Turma julgadora junto ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT competente negou provimento ao recurso do Estado, declarando, incidentalmente, a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 71 da Lei de Licitações. Considerando que a constitucionalidade dessa mesma norma não fora apreciada pelo plenário ou órgão especial do TRT e que o STF a declarou constitucional pela maioria absoluta de seus Ministros, em ação declaratória de constitucionalidade – ADC, cujo acórdão foi publicado anteriormente ao acórdão proferido pelo TRT no caso em questão, é correto afirmar que

- (A) a turma julgadora tinha competência para declarar a inconstitucionalidade da norma federal, uma vez que qualquer juiz pode exercer o controle de constitucionalidade dos atos normativos, sendo que o acórdão proferido pelo STF em ADC, ao contrário dos acórdãos proferidos em ação direta de inconstitucionalidade, não produz eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública, não impedindo que o parágrafo 1º do artigo 71 da Lei de Licitações fosse tido por inconstitucional pelo TRT.
- (B) a turma julgadora tinha competência para declarar a inconstitucionalidade da norma federal, uma vez que qualquer juiz pode exercer o controle de constitucionalidade dos atos normativos, mas não poderia ter declarado inconstitucional a lei tendo em vista o acórdão proferido pelo STF em ADC.
- (C) o acórdão proferido pela turma julgadora poderá, observados os requisitos legais, ser objeto de reclamação constitucional, uma vez que a turma declarou a inconstitucionalidade de norma federal sem ter competência para fazê-lo, violando súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, bem como por ter contrariado o acórdão proferido pelo STF em ADC.
- (D) o acórdão proferido pela turma julgadora poderá, observados os requisitos legais, ser objeto de reclamação constitucional, uma vez que, ainda que a turma julgadora tivesse competência para declarar a inconstitucionalidade da norma federal, não poderia ter contrariado o acórdão proferido pelo STF na ADC.
- (E) o acórdão proferido pela turma julgadora poderá ser objeto de recurso extraordinário, mas não de reclamação constitucional, por ter declarado a inconstitucionalidade da norma federal sem ter competência para fazê-lo, bem como por ter contrariado o acórdão proferido pelo STF na ADC, o qual tem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder judiciário e à Administração pública.

32. Considere as afirmações abaixo.

- I. Pode a lei exigir o registro do sindicato no órgão competente, em que pese a Constituição Federal vede a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical.
- II. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, que poderão admitir jornada superior a seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- III. Sindicato é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo para defesa dos interesses de seus membros, ainda que esteja em funcionamento há menos de um ano, devendo ser proposto perante a Justiça do Trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- IV. Em que pese a Constituição Federal garanta a liberdade de associação sindical do servidor público, condiciona seu exercício à edição de lei que trate dos serviços ou atividades essenciais à comunidade, sendo que eventual omissão do legislador pode ser suprida através de decisão proferida em mandado de injunção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III e IV.
- (E) III e IV.

33. De acordo com a Constituição Federal, a criação de regiões metropolitanas constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, deverá ser feita por lei estadual

- (A) complementar, que poderá estabelecer que a execução de serviços públicos municipais, de interesse comum da região, seja realizada pelo Estado quando isso for necessário para a garantia da continuidade da prestação dos serviços.
- (B) complementar, que deverá assegurar a autonomia aos municípios que integram a região, não podendo estabelecer a política tarifária dos serviços públicos municipais de interesse comum da região.
- (C) complementar, que poderá outorgar ao Estado a execução de serviços públicos municipais, de interesse comum da região, desde que assim previsto na Constituição respectiva.
- (D) ordinária, bem como por convênio firmado entre os municípios interessados e o Estado, podendo este último assumir a coordenação da prestação de serviços públicos municipais de interesse comum da região.
- (E) ordinária, que deverá assegurar a autonomia aos municípios que integram a região, não podendo a lei estabelecer que a execução da prestação dos serviços públicos municipais de interesse comum da região seja realizada pelo Estado.



<p>34. Engenheiro ocupante de emprego público junto a empresa pública municipal é eleito Prefeito de outro município, passando a exercer o mandato juntamente com o emprego público municipal, cumulando as respectivas remunerações. Como Prefeito, nomeou sua esposa como Secretária Municipal de Educação. À luz da Constituição Federal, o Prefeito deve ser afastado do emprego público</p> <p>(A) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, podendo optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, mas o parentesco por afinidade não é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.</p> <p>(B) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, podendo optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, sendo que o parentesco por afinidade é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.</p> <p>(C) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, devendo restituir aos cofres públicos os valores recebidos indevidamente até o seu afastamento, sendo que também não poderia ter nomeado sua esposa Secretária do Município em razão do parentesco por afinidade existente entre eles.</p> <p>(D) apenas se houver incompatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o emprego público, podendo, nesse caso, optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, mas o parentesco por afinidade não é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.</p> <p>(E) apenas se houver incompatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o emprego público, podendo, nesse caso, optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, sendo que o parentesco por afinidade é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.</p>	<p>Direito Processual do Trabalho</p> <p>36. A competência em razão da matéria dos órgãos da Justiça do Trabalho abrange</p> <p>(A) dissídios envolvendo revisão de pensão por morte de segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social.</p> <p>(B) ação coletiva objetivando indenização por danos coletivos, envolvendo servidor público estatutário e o município.</p> <p>(C) ações relativas à penalidade administrativa imposta por agente de fiscalização das relações de trabalho ao empregador.</p> <p>(D) lides relativas a acidentes de trabalho envolvendo o trabalhador e o Instituto Nacional de Seguridade Social.</p> <p>(E) litígios relativos à recuperação judicial ou falência de empresas privadas ou sociedades de economia mista.</p>
<p>35. Em cumprimento a mandado judicial de constatação e avaliação de bem penhorado para garantia do pagamento de condenação trabalhista, o oficial de justiça verificou que o bem não mais se encontrava em poder do depositário-devedor, tendo recebido informações de que estaria sendo ocultado no escritório do respectivo advogado. O fato foi informado ao Juiz da causa, que expediu mandado de busca e apreensão do bem, a ser cumprido no escritório do advogado do devedor, tendo o magistrado especificado que o mandado não poderia atingir a esfera de direitos de outros clientes do advogado. Nessa situação, o oficial de justiça a quem couber cumprir o mandado</p> <p>(A) não poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, a qualquer hora, uma vez que a relação do devedor com seu advogado está protegida pelo sigilo profissional.</p> <p>(B) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, desde que durante o dia, uma vez que ao escritório de advocacia se aplica a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.</p> <p>(C) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, a qualquer hora, tendo em vista que foi praticado um ato contra a administração da justiça.</p> <p>(D) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, a qualquer hora, uma vez que ao escritório de advocacia não se aplica a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.</p> <p>(E) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, desde que de dia, ainda que não se aplique ao escritório de advocacia a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.</p>	<p>37. Fênix, residente em Curitiba, participou de processo seletivo em uma agência de empregos situada no município de Caxias do Sul, local onde firmou contrato de trabalho para o cargo de secretária junto à empresa pública Atlas. Durante o contrato de trabalho somente prestou serviços na sede da empregadora na cidade de Carlos Barbosa. Após dois anos foi dispensada sem receber verbas contratuais e rescisórias. Segundo regra estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho, será territorialmente competente para processar e julgar a ação trabalhista movida por Fênix em face da empresa Atlas a Vara do Trabalho do município de</p> <p>(A) Curitiba, local da residência da autora.</p> <p>(B) Porto Alegre, capital do Estado, por se tratar de empresa pública.</p> <p>(C) Caxias do Sul, local da contratação.</p> <p>(D) Carlos Barbosa, local da prestação dos serviços.</p> <p>(E) Porto Alegre ou Curitiba, sendo opção legal conferida à trabalhadora.</p>
	<p>38. A empresa Sinais dos Tempos, na qualidade de reclamada em dissídio individual trabalhista, pretende utilizar em sua defesa um instituto jurídico previsto apenas na legislação processual civil. Tal situação</p> <p>(A) será sempre possível tão somente diante da lacuna da legislação processual trabalhista.</p> <p>(B) não será possível em nenhuma hipótese diante da inflexibilidade das normas processuais trabalhistas.</p> <p>(C) será possível apenas em caso de expressa concordância da parte contrária.</p> <p>(D) será possível somente se fosse utilizada pelo empregado em razão do princípio da norma mais favorável ao trabalhador.</p> <p>(E) será possível nos casos omissos, em que o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do sistema trabalhista.</p>



39. Conforme normas disciplinadoras do Processo Judiciário do Trabalho, contidas no texto consolidado, é INCORRETO afirmar que:
- (A) os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.
 - (B) a compensação, ou retenção, só poderá ser arguida como matéria de defesa.
 - (C) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo Sindicato, pelo Ministério Público Estadual ou curador nomeado em Juízo.
 - (D) os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 9 às 18 horas.
 - (E) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
40. Em relação às custas processuais e aos emolumentos no Processo Judiciário Trabalhista é correto afirmar que:
- (A) não há previsão expressa na Consolidação das Leis do Trabalho, razão pela qual se aplicam as normas relativas ao processo ordinário que tramita na Justiça Federal.
 - (B) caso o empregado não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.
 - (C) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas sobre o valor arbitrado pelo Juiz quando houver extinção do processo, sem resolução do mérito.
 - (D) não havendo nenhuma norma de caráter trabalhista sobre o tema, aplicam-se as regras do Código de Processo Civil.
 - (E) as custas serão recolhidas pelo autor na distribuição da ação e caso seja vencedor da demanda, será ressarcido pelo vencido que, para poder recorrer, deverá comprovar o recolhimento no prazo de 48 horas após a publicação da sentença.
41. Em razão do princípio da primazia da realidade a prova testemunhal é de grande relevância ao Processo do Trabalho. Conforme sistemática adotada pela Consolidação das Leis Trabalhistas, nos procedimentos sumaríssimo, ordinário e inquérito para apuração de falta grave, a quantidade máxima de testemunhas por parte é, respectivamente, de
- (A) duas, três e seis.
 - (B) três, três e seis.
 - (C) duas, cinco e cinco.
 - (D) uma, três e três.
 - (E) três, cinco e seis.
42. Conforme expresso dispositivo legal, em dissídio coletivo a decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal. Entretanto, NÃO possuiu legitimidade para tal solicitação
- (A) um ou mais empregadores ou de qualquer sindicato destes.
 - (B) um ou mais sindicatos de empregados.
 - (C) agente da Delegacia Regional do Trabalho.
 - (D) o próprio Tribunal que proferiu a decisão, *ex officio*.
 - (E) Ministério Público do Trabalho.
43. A empresa Semideuses foi condenada em reclamação trabalhista por decisão em primeiro grau de jurisdição. Apresentou recurso contra a sentença, cujo processamento foi denegado em razão da falta de preparo. Para reverter essa última decisão deverá interpor
- (A) recurso ordinário em 8 dias.
 - (B) recurso de revista em 8 dias.
 - (C) agravo de petição em 5 dias.
 - (D) agravo de instrumento em 8 dias.
 - (E) reclamação correccional em 5 dias.
- Direito do Trabalho**
44. Em sentido genérico, 'fontes do direito' consubstancia a expressão metafórica para designar a origem das normas jurídicas. Na Teoria Geral do Direito do Trabalho, são consideradas fontes formais autônomas:
- (A) fatores econômicos e geopolíticos.
 - (B) fatores sociais e religiosos.
 - (C) Constituição Federal e leis complementares.
 - (D) medidas provisórias e jurisprudência.
 - (E) acordo coletivo de trabalho e convenção coletiva de trabalho.
45. A Constituição Federal do Brasil de 1988 inovou ao apresentar um rol de direitos constitucionais dos trabalhadores, inserindo no seu artigo 7º, dentre outros,
- (A) o auxílio alimentação e a cesta básica.
 - (B) o piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.
 - (C) o *habeas data* para conhecimento de informações constantes de registros públicos do trabalhador.
 - (D) a pensão por morte e o seguro de vida.
 - (E) o direito exclusivo de utilização, publicação e exploração econômica de invenções do trabalhador.
46. A relação de trabalho é o gênero do qual a relação de emprego é uma espécie. Dentre os requisitos legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho que caracterizam a relação empregatícia, NÃO está inserida a
- (A) subordinação jurídica do trabalhador ao empregador.
 - (B) infungibilidade em relação ao obreiro.
 - (C) eventualidade dos serviços prestados.
 - (D) onerosidade da relação contratual.
 - (E) prestação dos serviços por pessoa física ou natural.



47. O *jus variandi* é um conceito doutrinário embasado na faculdade-poder conferida ao empregador de dirigir a prestação de serviços, como reflexo do "dirigismo contratual", nos termos previstos no artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho. Assim, conforme a doutrina, a legislação e a jurisprudência sumulada do TST, o *jus variandi* será exercido de forma lícita em caso de

- (A) alteração do horário de trabalho noturno para diurno, ocasionando ao empregado apenas o prejuízo material da supressão do pagamento de adicional noturno.
- (B) redução salarial por motivo de crise econômica da empresa para evitar demissão, independente de acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- (C) transferência do empregado, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, sem o suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
- (D) supressão da jornada extraordinária prestada com habitualidade durante dois anos sem assegurar ao empregado o direito à indenização em razão das horas suprimidas.
- (E) transferência do empregado contratado com cláusula explícita de transferência, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, implicando em mudança de domicílio, independente da comprovação de real necessidade do serviço.

48. Sobre o instituto jurídico do aviso prévio no Direito Individual do Trabalho, é correto afirmar que:

- (A) na modalidade de ruptura contratual denominada 'rescisão indireta' não cabe o aviso prévio.
- (B) o horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de uma hora diária, sem prejuízo do salário integral.
- (C) o valor das horas extraordinárias, ainda que habituais, não integra o aviso prévio indenizado, diante da imprevisibilidade da sua execução.
- (D) a falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar a metade dos salários correspondentes ao prazo respectivo, em razão do princípio protetor.
- (E) o empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

49. Zeus, em determinado período aquisitivo de férias, deixou de comparecer ao serviço por 4 dias consecutivos em razão de falecimento de seu irmão; 5 dias consecutivos para sua lua de mel; 2 dias alternados para doação de sangue. Nesse caso, em relação ao período aquisitivo em análise, ele terá direito a férias de

- (A) 15 dias corridos.
- (B) 24 dias corridos.
- (C) 18 dias corridos.
- (D) 30 dias corridos.
- (E) 12 dias corridos.

50. Considerando as normas especiais de proteção ao trabalho da mulher e do menor contida na Consolidação das Leis do Trabalho é INCORRETO afirmar que:

- (A) a empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade condicionada à apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.
- (B) em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 4 semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes do afastamento.
- (C) os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período de amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentamento, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.
- (D) as horas de trabalho em cada estabelecimento serão totalizadas, quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento.
- (E) é permitido ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários, mas em caso de rescisão contratual é vedado ao menor de 18 anos dar quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida, sem a assistência dos seus responsáveis legais.

Direito Processual Civil

51. Carlos emprestou R\$ 10.000,00 a Sérgio, que não lhe devolveu o dinheiro na data apazada. Sabendo que o devedor passava por dificuldades financeiras, Carlos ajuizou ação contra Saulo, filho de Sérgio, que não participou do negócio, mas é pessoa bastante rica. O juiz deverá extinguir o processo

- (A) sem resolução de mérito, em qualquer fase processual, de ofício ou a requerimento de Saulo.
- (B) com resolução de mérito, desde que a requerimento de Saulo e somente se não houver sido encerrada a instrução processual.
- (C) sem resolução de mérito, em qualquer fase processual, desde que a requerimento de Saulo.
- (D) com resolução de mérito, em qualquer fase processual, de ofício ou a requerimento de Saulo.
- (E) com resolução de mérito, em qualquer fase processual, desde que a requerimento de Saulo.

52. Em execução de título executivo extrajudicial movida por Cláudio, Marcelo apresentou embargos versando apenas sobre questões processuais. Após a apresentação dos embargos, Cláudio houve por bem desistir da execução. Tal desistência

- (A) depende de concordância do devedor, devendo o credor pagar as custas e honorários advocatícios.
- (B) não é possível porque já apresentados embargos do devedor.
- (C) independe de concordância do devedor, devendo o credor pagar as custas e honorários advocatícios.
- (D) depende de concordância do devedor, devendo este pagar as custas e honorários advocatícios.
- (E) independente de concordância do devedor, devendo este pagar as custas e honorários advocatícios.



53. Em execução de título executivo extrajudicial, os embargos do devedor são oferecidos no prazo de 15 dias,

- (A) não computável em dobro e contado da juntada aos autos do respectivo mandado de citação, e não do último, ainda que haja mais de um executado com procuradores diferentes, não tendo como requisito a prévia garantia do juízo.
- (B) computável em dobro e contado da juntada aos autos do último mandado de citação, se houver mais de um executado com procuradores diferentes, devendo ser precedido de garantia do juízo.
- (C) computável em dobro e contado da juntada aos autos do respectivo mandado de citação e não do último, se houver mais de um executado com procuradores diferentes, tendo como requisito a prévia garantia do juízo.
- (D) não computável em dobro, ainda que haja mais de um executado com procuradores diferentes, mas contado da juntada aos autos do último mandado de citação, não tendo como requisito a prévia garantia do juízo.
- (E) computável em dobro e contado da juntada aos autos do último mandado de citação, se houver mais de um executado com procuradores diferentes, não tendo como requisito a prévia garantia do juízo.

54. Analise as proposições abaixo, acerca dos procedimentos cautelares específicos.

- I. A produção antecipada de provas é julgada por sentença, que faz coisa julgada material e impede seja rediscutida a prova no âmbito da ação principal.
- II. Julgada procedente a ação principal, a propriedade dos bens arrestados consolida-se imediatamente em favor do credor.
- III. Deferido o sequestro, o juiz nomeará depositário, cuja escolha poderá recair sobre o próprio credor, desde que ofereça maiores garantias e preste caução idônea.
- IV. A sentença proferida no arresto não faz coisa julgada na ação principal, salvo se acolher alegação de decadência ou prescrição.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

55. Com relação à assistência, é correto afirmar que

- (A) o assistente pode atuar contra os interesses do assistido se o seu interesse jurídico for diverso ou colidente.
- (B) o assistente pode ingressar no feito apenas até a audiência de instrução.
- (C) pode intervir como assistente aquele que possui interesse exclusivamente econômico em que a sentença lhe seja favorável.
- (D) o juiz excluirá o assistente da lide quando revel o assistido.
- (E) esta não impede que a parte principal reconheça a procedência do pedido ou transija sobre direitos controvertidos.

Direito Administrativo

56. Sobre os vocábulos cargo, emprego e função, seus conteúdos e possíveis inter-relações no âmbito da Administração pública, pode-se afirmar que

- (A) as atribuições desempenhadas por servidor, sem correspondência delas a um cargo ou a um emprego, estão atreladas a função, que, sob a égide da Constituição Federal de 1988, ficou restrita às situações de assessoramento.
- (B) a opção pela criação de cargo ou emprego é discricionária no âmbito da Administração, porque envolve questões orçamentário-financeiras, mas a criação de função é ato vinculado restrito à contratação de temporários.
- (C) a função pode ser exercida por servidores para atividade de direção, ficando excepcionado o princípio público do concurso, restrito para investidura em cargo ou emprego.
- (D) a criação de cargos, em razão do impacto previdenciário, depende de prévia autorização legal tanto na Administração Direta, quanto na Indireta, exigência que não se estende para a criação de empregos ou funções públicas.
- (E) a investidura de servidores em funções públicas representa exceção ao princípio da isonomia e da legalidade, na medida em que não depende de prévia submissão a concurso de provas ou de provas e títulos.

57. A atuação da Administração pública é informada por princípios, alguns inclusive com previsão constitucional expressa, que se alternam em graus de relevância de acordo com o caso concreto em análise. Do mesmo modo, a aplicação dos princípios na casuística pode se expressar de diversas formas e em variados momentos, ou seja, não há necessariamente idêntica manifestação da influência dos mesmos nas diferentes situações e atividades administrativas. Dessa forma,

- (A) à exceção do princípio da publicidade, que se expressa pela divulgação dos atos finais praticados, os demais princípios dependem de análise do caso concreto, para que se possa verificar se foram adequadamente observados.
- (B) o princípio da supremacia do interesse público pode ser considerado materialmente superior aos demais, pois para esses é parâmetro de aplicação, na medida em que a solução mais adequada é sempre aquela que o privilegia.
- (C) enquanto o princípio da eficiência se aplica no curso dos processos e atividades desenvolvidos pela Administração, os demais princípios destinam-se ao resultado e aos destinatários finais, não tendo aplicabilidade antes disso.
- (D) o princípio da publicidade não incide apenas para orientar a divulgação e a transparência dos atos finais, mas também permite aos administrados conhecer documentos e ter informações ao longo do processo de tomada de decisão.
- (E) o princípio da eficiência é aplicado em conjunto com o princípio da supremacia do interesse público, podendo excepcionar o princípio da indisponibilidade do interesse público sempre que represente solução mais benéfica para a gestão administrativa e o atingimento de resultados em favor dos administrados.



58. Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e veracidade, o que não impede, contudo, que a Administração, utilizando-se de seu poder de revisão dos próprios atos, proceda à anulação ou revogação dos mesmos, com variada margem de liberdade de decisão. No caso dos atos passíveis de revogação existe, no mais das vezes, maior grau de discricionariedade, sem que se prescindia de consistente motivação e interesse público para a tomada de decisão. No caso de vícios que ensejam a anulação, a Administração pública possui, em regra, menor discricionariedade, o que não lhe dispensa da observância de certas formalidades e garantias para proferir a decisão final. Dentre essas limitações ou formalidades a que está adstrita a Administração pública para a anulação de seus atos administrativos, destaca-se a
- (A) obrigatoriedade de submissão à prévia decisão judicial para anulação de atos administrativos dos quais já tenham decorrido efeitos concretos e que venham a representar possível diminuição patrimonial para o administrado.
 - (B) necessidade de comunicação de servidores ativos ou inativos sobre redução de remuneração levada à efeito em seus vencimentos, decorrente da alteração da forma de cálculo de gratificação, não sendo obrigatório prévia garantia de contraditório e ampla defesa, em face da indisponibilidade e da supremacia do interesse público.
 - (C) possibilidade de anulação de atos administrativos cujos efeitos se exauriram, instaurando-se, contudo, processo administrativo para reconstituição do *status quo ante*, com observância de contraditório e ampla defesa para o caso de haver impacto financeiro para o administrado.
 - (D) necessidade de instauração de processo administrativo para as hipóteses de anulação de ato administrativo que tenha repercutido na esfera de interesses individuais, para que o administrado possa exercer a garantia do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) submissão obrigatória do processo anulatório à prévia manifestação do Tribunal de Contas competente, como órgão externo de controle do Executivo, que tutelar os interesses do administrado para que esse tenha preservados seus direitos.

59. A propósito dos entes que integram a Administração Indireta, considere as afirmativas abaixo.

- I. As autarquias são dotadas de personalidade jurídica de direito público, possuem capacidade de autoadministração e se distinguem das pessoas políticas no que concerne à competência legislativa, pois não a detêm, o que não impede, todavia, que lhes seja transferida a titularidade e a execução de serviços públicos.
- II. As empresas estatais podem, na forma que seus Estatutos Sociais determinarem, exercer atividade econômica de natureza privada ou prestar serviço público, o que, contudo, não impacta sua natureza jurídica de direito privado e, assim, permite a contratação de obras e aquisições sem se submeter ao regime de licitações.
- III. Tanto as autarquias, quanto as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei, permitido às segundas um certo grau de flexibilização no regime jurídico a que estão submetidas, com derrogação por normas de direito privado, tais como possibilidade de contratação de servidores público sem submissão a concurso público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

60. A prestação adequada de serviços públicos aos usuários é dever do Poder Público que se transfere ao privado quando este recebe delegação para essa atividade. Para além das disposições contratuais que regem a relação jurídica entre privado e poder público, há princípios específicos aplicáveis àquelas atividades, que

- (A) restringem as atividades do privado, tais como o princípio da igualdade dos usuários perante o serviço público, que exige igual tratamento a todos, inclusive no que concerne a cobranças e tarifas.
- (B) permitem alterações no regime jurídico que rege a prestação de serviço, inclusive de forma unilateral, seja por parte da concessionária, seja por parte do poder concedente.
- (C) garantem a disponibilidade do serviço aos usuários, como forma de expressão do princípio da continuidade dos serviços públicos, mesmo diante de inadimplência do Poder Público no pagamento do privado responsável pela prestação dos serviços públicos.
- (D) se aplicam às hipóteses de permissão de serviço público, mas não atingem os contratos de concessão, em razão da natureza e do vultoso investimento exigido do privado, que deve ter garantias de retorno e amortização desse montante.
- (E) independem da forma de delegação ao privado, mas sim do tamanho do investimento financeiro promovido de forma que a depender do montante aportado, fica autorizada a suspensão da prestação dos serviços no caso de inadimplência do poder público.

**REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo x, itens:

"7. Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 8. A folha para rascunho da Redação no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela Banca Examinadora. 9. Na Prova de Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10. A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.**"

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova de Redação

Mapa-Múndi

A facilidade de comunicações acabou com esses tanques em que floresciam as diferentes culturas. Quando antes se olhava o mapa-múndi e via-se cada país de um colorido diferente, podia-se tomar isso ao pé da letra. É verdade que o mundo continuou a ser uma colcha de retalhos; mas são todos da mesma cor.

(QUINTANA, Mário. **Prosa & Verso**. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 60)

A partir das reflexões de Mário Quintana, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A revitalização das culturas tradicionais e a promoção do respeito à diversidade cultural

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

GRUPO DE ESTUDOS TRT BRASIL 2015

Ao Vivo/Online + Aulas Gravadas
Sábado - Tarde **Em andamento**

Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito do Trabalho
Direito Proc. do Trabalho.

Professor Marcelo Sobral



(21) 3550-4610
www.cursomultiplus.com.br
Av. Calógeras 6B, Centro-RJ

Grupo de Estudos TRT Brasil! ~> As aulas são transmitidas ao vivo e depois disponibilizadas na área do aluno - acessíveis por mais 5 vezes.

+ informações na Pág. do Prof. <https://goo.gl/m038c0> **ou no site do Curso Multiplus:** <http://goo.gl/rVkn76>

Aula demonstrativa:

Aula 01 Grupo de Estudos TRT Brasil

Material: <http://1drv.ms/1Bt18AD>

<http://goo.gl/C0p2RT>

<http://goo.gl/MX6kJY>

<http://goo.gl/t2bLwk>

<http://goo.gl/ckYd7I>

O material do Grupo está disponível e todos podem acessar. Percebam que nas pastas das disciplinas há subpastas de nome "Arquivos de Aula" (conteúdo + questões - com e sem gabarito) e "Quadros de Aula" (fotos dos esquemas montados em sala) ~> <https://goo.gl/Mhzsnc>

CONHEC. BÁSICOS/CONHEC. ESPECÍFICOS/REDAÇÃO

Cargo ou opção AJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

**Gabarito Preliminar divulgado em
14/09/2015**

Tipo gabarito 1

001 - C	011 - E	021 - D	031 - C	041 - A	051 - A
002 - D	012 - B	022 - B	032 - A	042 - C	052 - C
003 - A	013 - D	023 - C	033 - B	043 - D	053 - A
004 - C	014 - E	024 - A	034 - A	044 - E	054 - E
005 - A	015 - A	025 - E	035 - B	045 - B	055 - E
006 - E	016 - C	026 - B	036 - C	046 - C	056 - C
007 - C	017 - C	027 - B	037 - D	047 - A	057 - D
008 - D	018 - D	028 - E	038 - E	048 - E	058 - D
009 - B	019 - D	029 - E	039 - D	049 - D	059 - B
010 - A	020 - E	030 - A	040 - B	050 - B	060 - C